

V ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO PENAL, PROCESSO PENAL E CONSTITUIÇÃO II

LUIZ GUSTAVO GONÇALVES RIBEIRO

MAIQUEL ÂNGELO DEZORDI WERMUTH

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte deste anal poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - UNIVEM/FMU - São Paulo

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade - UNIMAR/FEPODI - São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC - Minas Gerais

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Ceará

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes - UNB - Distrito Federal

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

Comunicação:

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - Paraíba

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC - Santa Catarina

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Prof. Dr. José Barroso Filho - ENAJUM

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - Paraná

Eventos:

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - Minas Gerais

Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC - Paraná

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - Mato Grosso do Sul

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UMICAP - Pernambuco

D597

Direito penal, processo penal e constituição II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Luiz Gustavo Gonçalves Ribeiro; Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth – Florianópolis: CONPEDI, 2022.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-489-1

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Inovação, Direito e Sustentabilidade

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direito penal. 3. Processo penal. V Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2022 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis
Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br

V ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO PENAL, PROCESSO PENAL E CONSTITUIÇÃO II

Apresentação

APRESENTAÇÃO

É de Muñoz Conde a lição segundo a qual, enquanto existir Direito Penal – e nas atuais condições deve-se ponderar que ele existirá por muito tempo –, deve existir também sempre alguém disposto a estudá-lo e analisá-lo racionalmente, de forma a convertê-lo em instrumento de mudança e progresso rumo a uma sociedade mais justa e igualitária, denunciando, para tanto, além das contradições que lhes são ínsitas, as contradições do sistema econômico que o condiciona.

Nesse sentido, os artigos aqui reunidos, apresentados no decorrer do V Encontro Virtual do CONPEDI, no âmbito do GT Direito Penal, Processo Penal e Constituição II, no dia 18 de junho de 2022, apresentam-se como contribuições valiosíssimas para todos e todas que se ocupam do estudo crítico das Ciências Criminais.

O artigo “O JUIZ DE GARANTIAS E A IMPARCIALIDADE NO PROCESSO PENAL: APORTES DO MODELO PROCESSUAL CHILENO”, de Sebastian Borges de Albuquerque Mello e Fernanda Malta Pereira, aborda a implantação do juiz de garantias no Código de Processo Penal brasileiro como elemento indispensável à imparcialidade do juiz no processo penal, já que preserva a cognição do magistrado destinado à sentença na fase de instrução.

Felipe Godoy Franco, no texto intitulado “A UTILIZAÇÃO DOS PARÂMETROS PARA A ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA SANCIONATÓRIA DO BACEN E CVM NO CÁLCULO DA PENA DOS CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E CONTRA O MERCADO DE CAPITAIS” analisa se, e de que forma, os parâmetros previstos em normas que orientam a atuação do Bacen e da CVM podem ser utilizados no cálculo da pena dos crimes contra o sistema financeiro nacional e contra o mercado de capitais, especificamente quanto à interpretação das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal.

“A TESE DA DUPLA INIMPUTABILIDADE E A GARANTIA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI”, de Isabela Furlan Rigolin e Alexander Rodrigues de Castro, aborda os fundamentos e a viabilidade legal da

tese mencionada no título do trabalho, salientando que ela aparenta ter aparato legal bem fundado e ser uma opção razoável para a solução do problema que a origina.

No artigo intitulado “ANÁLISE DE CONTRIBUIÇÕES E CONTRADIÇÕES DA EPISTEMOLOGIA GARANTISTA AO CONSTITUCIONALISMO”, Isadora Ribeiro Corrêa, Luiz Fernando Kazmierczak e Edinilson Donisete Machado promovem uma reflexão sobre perspectivas teóricas das correntes neoconstitucionalista e garantista, destacando que o garantismo pode ser considerado uma crítica ao neoconstitucionalismo, quando se opõe aos seus procedimentos e propõe um constitucionalismo garantista.

Mariana Colucci Goulart Martins Ferreira, no artigo “ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO APLICADA ÀS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS EM PENITENCIÁRIAS: O CASO DO COMPLEXO PENITENCIÁRIO PÚBLICO-PRIVADO EM RIBEIRÃO DAS NEVES-MG”, aborda a análise econômica do Direito (AED) e a sua aplicação às parcerias público-privadas no âmbito de penitenciárias, especificamente em relação ao Complexo Penitenciário Público-Privado (CPPP) em Ribeirão das Neves-MG, salientando que o CPPP pode ser vislumbrado como uma amostra da AED no âmbito do processo de execução penal.

No artigo intitulado “O DIREITO DE REVISÃO PROVENIENTE DA RECUSA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL: ANÁLISE DO HABEAS CORPUS N. 194.677/SP, DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL”, Jaroslana Bosse se debruça sobre o direito de revisão à negativa de oferta do Acordo de Não Persecução Penal previsto no §14 do art. 28-A do Código de Processo Penal, especialmente a partir da decisão da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal no Habeas Corpus n. 194.677/SP.

“O MÉTODO DA BUSCA PELA VERDADE NO PROCESSO PENAL À LUZ DA FILOSOFIA DO DIREITO”, de autoria de Ricardo Luiz Sichel e Thiago José Duarte Cabral, aborda a temática da verdade no processo penal, com enfoque na análise do material probatório como cerne da questão, à luz das críticas e visões desenvolvidas pela filosofia do Direito.

Deborah Soares Dallemole, no artigo intitulado “O ‘MENOR INFRATOR’ ENQUANTO INIMIGO PÚBLICO: A CONSTRUÇÃO DA PERICULOSIDADE JUVENIL”, analisa o histórico brasileiro com relação aos adolescentes e o crescimento de discursos punitivistas, em contraposição à Doutrina da Proteção Integral. A autora salienta que a construção da

imagem do delinquente juvenil afeta a responsabilização dos jovens que se incluem neste estereótipo, submetidos a chances maiores de sofrer medidas socioeducativas de mais intenso controle sobre sua liberdade.

Ythalo Frota Loureiro analisa, no artigo “POLÍCIAS ESTADUAIS E LOCAL DE CRIME: A COOPERAÇÃO POLICIAL E A ATUAÇÃO DE MILITARES DO ESTADO DO CEARÁ”, a necessidade de requalificar a relação entre Polícia Civil e Polícia Militar nos trabalhos de local de crime, à luz das disposições do Código de Processo Penal e da Portaria do Estado do Ceará que versa sobre o tema.

Em “O RISCO SOCIALMENTE PERMITIDO COMO CRITÉRIO DE AFASTAMENTO DA IMPUTAÇÃO PENAL NOS CRIMES AMBIENTAIS”, Betina Scherrer da Silva explicita o contexto da sociedade de risco, a partir da definição formulada por Ulrich Beck, realizando um estudo das bases teóricas do risco socialmente permitido e da relação deste instituto com os crimes ambientais.

No artigo “MÍDIA COMO FATOR DE EXPANSÃO DO DIREITO PENAL SEM FORMAÇÃO DE VALOR NEM MATURAÇÃO NECESSÁRIA PARA A CRIAÇÃO DA NORMA”, Derick Moura Jorge e Valter Foletto Santin analisam a expansão do direito penal a partir da influência exercida pela mídia que, diante do interesse momentâneo acerca de determinados assuntos, incentiva a criação e alteração das normas penais sem obediência ao tradicional caminho normativo, destacando que a pressão exercida pela mídia e pela opinião pública resulta na criação de normas penais desnecessárias, desproporcionais e irrazoáveis.

Rafael Fecury Nogueira e Gustavo Pastor da Silva Pinheiro, no artigo “CRÍTICAS AO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL - ANPP A PARTIR DO GARANTISMO DE LUIGI FERRAJOLI”, asseveram que há uma clara ofensa aos direitos fundamentais no âmbito da justiça negociada no processo penal, importada de modo acrítico do sistema norte-americano para a legislação processual penal brasileira.

“O CRIME DE STALKING, O ASSÉDIO MORAL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE: REPERCUSSÕES NAS RELAÇÕES DE CONSUMO”, de autoria de Alexander Rodrigues de Castro e Fernanda Andreolla Borgio, analisa a disseminação do stalking e cyberstalking para todas as classes sociais nas relações de consumo online. Os autores buscam evidenciar como uma compreensão ampliada dos direitos da personalidade a partir de sua leitura conjunta com os direitos humanos contribui para compreender as maneiras como tais práticas ofendem a dignidade da pessoa humana.

Cristiano dos Anjos Lopes e Henriqueta Fernanda Chaves Alencar Ferreira Lima, no artigo intitulado “MODELAÇÃO ACUSATÓRIA DO SISTEMA PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO E PODER INSTRUTÓRIO DO JUIZ: (IN) CONFORMIDADE CONSTITUCIONAL À LUZ DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE NÃO-CULPABILIDADE?”, destacam que o dever de observância à Constituição vem impactando no jus puniendi já que direitos e garantias fundamentais não podem ser desrespeitados sem a autorização do constituinte. Em razão disso, os autores discutem a modelagem acusatória e sua conformação constitucional, propondo reflexões práticas.

No texto “AS TENSÕES ENTRE O DIREITO PENAL E A RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA”, Karla Helenne Vicenzi e Fábio André Guaragni salientam que a dogmática jurídico-penal é diariamente confrontada com novas demandas inerentes ao desenvolvimento da sociedade, configurando um cenário expansionista, com novos bens jurídico-penais, cada vez mais desvinculados de pessoas individualizadas e marcados por pessoas indeterminadas. Nesse contexto, surgem discussões a respeito da responsabilidade penal da empresa, mormente ao que se refere à culpabilidade da pessoa jurídica.

Por fim, Lucas Spessatto e Bruna Vidal da Rocha, no estudo intitulado “O ARTIGO 492, I, ALÍNEA ‘E’ DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL E SEU DISSONAR À ORDEM CONSTITUCIONAL VIGENTE”, defendem a inconstitucionalidade da nova redação do artigo 492, I, “e”, do Código de Processo Penal, trazida pela Lei 13.964/19, diante dos prejuízos e incongruências da norma em relação à Constituição Federal de 1988, sobretudo no que se refere aos princípios da presunção de inocência, devido processo legal, amplitude e plenitude de defesa.

O(a) leitor(a), por certo, perceberá que os textos aqui reunidos, além de ecléticos, são críticos quanto à realidade do sistema penal, o que reflete o compromisso dos(as) autores(as) na busca pelo aperfeiçoamento do direito material e processual penal em prol da melhor e maior adequação ao texto constitucional e às demandas da contemporaneidade, dentro de um modelo integrado de Ciências Criminais.

Tenham todos(as) uma ótima leitura! É o que desejam os organizadores.

Prof. Dr. Luiz Gustavo Gonçalves Ribeiro – ESDHC

Prof. Dr. Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth – UNIJUÍ

**A TESE DA DUPLA INIMPUTABILIDADE E A GARANTIA DOS DIREITOS DA
PERSONALIDADE DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI**
**THE DOUBLE NON-LIABILITY THESIS AND THE PROTECTION OF JUVENILE
OFFENDERS' PERSONAL RIGHTS**

Isabela Furlan Rigolin ¹
Alexander Rodrigues de Castro ²

Resumo

Inúmeros adolescentes com transtornos e deficiência mental são condenados ao cumprimento de medida socioeducativa restritiva de liberdade, mesmo quando não possuíam meios de compreensão da ilicitude do ato praticado. Essas medidas afrontam seus direitos da personalidade de convivência familiar, comunitária e da saúde. Como forma de evitar essa situação no caso concreto, foi desenvolvida a tese da dupla inimputabilidade. O presente trabalho buscou analisar os fundamentos e a viabilidade legal desta tese. Apesar dos estudos ainda serem iniciais, a tese aparenta ter aparato legal bem fundado e ser uma opção razoável para a solução do problema.

Palavras-chave: Dupla inimputabilidade, Adolescente em conflito com a lei, Direitos da personalidade, Transtorno mental, Deficiência mental

Abstract/Resumen/Résumé

Numerous adolescents with mental disorders and disabilities are sentenced to socio-educational measures that restrict their freedom, even when they are not capable of understanding the illegality of the act they committed. These measures harm their personal rights to family life, community interaction and health. Therefore, the defense thesis of double non-liability was developed as a means of tackling this problem. We seek to analyze the foundations and legal feasibility of this thesis. Although the studies are still initial, it appears to have solid basis and to be a reasonable option for solving the issue.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Double non-liability, Juvenile offenders, Personal rights, Mental disorder, Mental disabilities

¹ Mestranda em ciências jurídicas na Unicesumar; Maringá – Paraná; Brasil; Especialista em Direito Constitucional pela Faculdade Damásio.

² Professor do curso de graduação e do programa de pós-graduação stricto sensu em ciências jurídicas da UniCesumar. Pesquisador do ICETI – Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação.

1. Introdução

A Doutrina da Proteção Integral compreende o jovem até de 18 anos de idade como pessoa em condição peculiar de desenvolvimento. Esta situação requer, além dos direitos em comum com os adultos, outros direitos especiais e maior proteção jurídica, de forma prioritária, como modo de assegurar sua dignidade humana. No entanto, diariamente adolescentes que cometeram ato infracional sem terem condições de autodeterminar-se e de compreender a ilicitude do fato têm sua liberdade limitada nos sistemas socioeducativos. Esses adolescentes muitas vezes são portadores de transtornos mentais e pessoas com deficiência e necessitam de cuidados especiais para que tenham sua saúde e bem-estar assegurados. Não obstante, há diversos relatos de tentativas de suicídios nos centros socioeducativos.

O sistema socioeducativo, apesar do que dissemina o senso comum, se assemelha em grande parte ao sistema carcerário adulto. Nesse sentido, os adolescentes ali inseridos ficam sem acesso à comunidade e a sua família. A infraestrutura, por vezes precária, não é adequada para assegurar o devido tratamento. Por vezes, ocorrem violência advindas dos próprios operadores do sistema, ou até mesmo dos outros internos. Tudo isso adicionado aos prejuízos psicológicos advindos da própria privação de liberdade. Assim, o jovem com transtorno ou deficiência mental é culpabilizado pela sua condição e vê seus direitos da personalidade tolhidos de si.

Em tentativa de solucionar o problema no caso concreto e evitar que um adolescente com esquizofrenia recebesse medida socioeducativa de internação, o defensor público, Gabriel Seifriz, criou a tese da dupla inimputabilidade. Esta defende que o adolescente em conflito com a lei que tenha transtorno ou deficiência mental faz jus também a inimputabilidade por ausência de higidez mental e não apenas àquela inerente à idade cronológica. Sete anos após a concepção da tese, ainda são mínimas as pesquisas acerca do assunto, sendo importante o presente artigo como forma de estudo inicial e incentivo para que demais trabalhos acerca do assunto se desenvolvam.

O problema de pesquisa aqui busca responder se a tese possui fundamentações viáveis na legislação e nos princípios legais. Para responder a questão, primeiramente passar-se-á a análise das condições dos adolescentes que possuem transtornos e estejam internados no sistema socioeducativo, se esses possuem acesso à saúde e se seus direitos da personalidade estão sendo assegurados. Posteriormente, investigar-se-á os

fundamentos da tese de dupla inimizabilidade na relação com as legislações brasileiras, bem como sua viabilidade.

2. O desrespeito aos direitos da personalidade do adolescente com transtorno mental nos Centros Socioeducativos e nas Unidades de Semiliberdade

A incidência de transtornos mentais durante a tenra idade é fator preocupante entre os especialistas na área da saúde mental. No entanto, ainda mais consternador é a ocorrência desses em adolescentes em conflito com a lei, que em grande porcentagem acabam por cumprir medidas socioeducativas restringidos de convivência familiar, comunitária e de acesso ao devido tratamento (DÓRIA, 2011, p.16).

Em uma comparação, a incidência de transtornos mentais na população geral de crianças e jovens é de 12% a 20%, enquanto que a prevalência destas enfermidades em adolescentes em conflito com a lei é de 81,1% (em uma pesquisa realizada com 69 internados provisoriamente, de 12 a 16 anos) (DÓRIA, 2011, p.41). A pesquisa que aponta tal índice nesses adolescentes autores de infração foi realizada na cidade de Curitiba-PR, pelo Coordenador do ambulatório de adolescentes em conflito com a lei da UFPR, Gustavo Manoel Schier Dória. Alguns dos motivos apontados para sua realização foram exatamente a carência de estudos científicos deste grupo, a ausência de tratamento precoce (apesar da grande porcentagem de acometimento) e a falta destes conhecimentos também na área da justiça (DÓRIA, 2011, p.19).

A pesquisa demonstrou que quase todos os transtornos mentais encontrados nestes jovens se apresentaram acima do demonstrado em estudos de prevalência em criança e adolescentes no geral. Como se não bastasse, segundo o pesquisador, o maior problema de saúde dentre estes adolescentes são as comorbidades (quando existem dois ou mais transtornos psiquiátricos ocorrendo em um mesmo indivíduo). A ocorrência dessa entre os adolescentes em conflito com a lei é na faixa dos 17% naqueles que possuem dois diagnósticos, 26% nos que possuem três diagnósticos, 14% quando apresentam quatro diagnósticos e 2% com cinco diagnósticos (DÓRIA, 2011, p.133).

O art. 94, incisos I e IX, do Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelece como dever das entidades de internação assegurar os direitos e garantias e a disposição de cuidados médicos e psicológicos (BRASIL, 1990a), Ou seja, os direitos da

personalidade da saúde e da integridade mental. Nesta senda, a Portaria Interministerial nº 1426/2004 institui como diretriz na saúde do adolescente em medida socioeducativa de internação a: “implantação de ações de prevenção e cuidados específicos, com prioridade para o desenvolvimento integral da adolescência, em particular, a saúde mental; a atenção aos agravos psicossociais” (BRASIL, 2004). Por sua vez, o Caderno de Prevenção ao Suicídio se manifesta no sentido de que o atendimento socioeducativo é corresponsável pela garantia de direitos, também na questão do suicídio (PARANÁ, 2015, p.13). Este documento enfatiza a existência frequente de fatores de risco de suicídio nessa população, sendo um deles a presença de transtorno mental (PARANÁ, 2015, p.31). Como se não bastasse, a Lei 10.216/2001, em seu art. 2º, incisos I e II, garante ser direito daquele acometido por doença mental ter o melhor tratamento disponível no sistema de saúde e ser tratado com humanidade em prol de sua saúde e reintegração familiar, no trabalho e na comunidade (BRASIL, 2001).

Não obstante, a realidade cotidiana observada no cumprimento de medidas socioeducativas não é exatamente aquela que a legislação brasileira indica que deveria ser. Um levantamento realizado no Paraná em 14 CENSE's (Centros Socioeducativos), de um total de 18, e em seis Unidades de Semiliberdade, de um total de oito, pela Comissão da Criança e do Adolescente da Seccional da OAB do Paraná (OAB, 2016, p.23), apontou a existência de diversas irregularidades e ilegalidades (OAB, 2016, p.19). Dentro desses, os que apresentaram maiores problemas com relação à saúde mental foram os expostos a seguir:

Em Curitiba, bem como em sua região metropolitana, verificou-se haver apenas um médico psiquiatra para atender a grande demanda de adolescentes em unidades socioeducativas de todo esse local. Essa situação ainda é dificultada pela distância existente entre os Centros Socioeducativos (OAB, 2016, p.46).

O CENSE de Fazenda Rio Grande, de internação por prazo indeterminado, faz parte da região metropolitana de Curitiba da qual apresenta a falta do profissional acima citado. Por esse motivo e pela inexistência de núcleo especializado no local e de remédios, os cinco adolescentes portadores de transtorno mental à época da pesquisa (de um total de 31 internos), não estavam recebendo o devido tratamento. Tal fato ensejou na procura por vagas em hospital neuropsiquiátrico e em uma clínica no município de União da Vitória-PR (OAB, 2016, p.56).

Neste último e no CENSE Joana Richa, localizado em Curitiba, relatou-se a defasagem de profissionais, com sobreposição de funções entre assistentes sociais e psicólogos (OAB, 2016, p.59-66). Ademais, considerando que o CENSE Joana Richa é o único de internação por prazo indeterminado para meninas no Paraná e que dois terços das internas eram oriundas do interior, a família se via afastada de maior convívio pela distância, privando-as do direito à convivência familiar e comunitária. Apesar de ser informado que Poder Executivo estaria custeando as visitas dos familiares, segundo as próprias adolescentes estas raramente aconteciam (OAB, 2016, p.61-71).

Com relação ao CENSE São Francisco, no município de Piraquara, a pesquisa definiu a saúde mental como um considerável problema na instituição. Na época, 30% dos internos possuíam características de bipolaridade ou transtorno mental. Dentre esses, dois adolescentes portavam a enfermidade de forma grave, com recorrentes tentativas de suicídio, mas não havia médico especialista na unidade nem a quantidade necessária de medicamentos (OAB, 2016, p.98-101).

No CENSE de Campo Mourão, contabilizou-se, em um ano, quatro portadores de transtorno mental grave. Tal fator é de preocupação pela inexistência de médico e necessidade de encaminhamento dos casos à rede de saúde ou aos CAPS-AD (o Centros de Apoio Psicossocial Álcool e Drogas) nos casos relacionados às drogas, dificultando o devido tratamento (OAB, 2016, p.105-106).

Sobre o Centro Socioeducativo misto de Foz do Iguaçu, foi relatado fornecer os cuidados necessários aos internos com a saúde mental prejudicada, dos quais na época possuíam 11 adolescentes neste estado. No entanto, novamente se constatou a carência de médico no local, além da infeliz descoberta de um caso de efetivo suicídio na Unidade no ano de 2014, em que o adolescente aparentemente não apresentava sinais de ideação, tentativas ou riscos para tal (OAB, 2016, p.112).

Quanto ao CENSE Laranjeiras do Sul, existem diversos adolescentes privados do convívio familiar devido à distância por falta de vagas em centros mais próximos de sua origem (OAB, 2016, p.118). Ainda, o acesso à saúde é de tamanha precariedade que até mesmo para o recebimento de remédios é preciso encaminhar o interno aos serviços externos do SUS e ao CAPS para tratamento. Dos internados, dois possuíam transtorno mental, além de algumas tentativas de suicídio (OAB, 2016, p.117-118).

Londrina, por sua vez, possui dois Centros Socioeducativos. O Londrina I compreende um psiquiatra no interior da instituição, não obstante, informa não possuir condições de efetivar o tratamento de transtornos mentais graves. Quando estes transtornos mais severos se apresentam conjuntamente às tentativas de suicídio, o interno é encaminhado a um hospital psiquiátrico (OAB, 2016, p.123). Da mesma forma, o Londrina II possui atendimento psiquiátrico na unidade, não obstante, se encontrava com o alarmante número de sete portadores de doenças psiquiátricas graves (OAB, 2016, p.129).

No que tange às Unidades de Semiliberdade, a única feminina disponível no estado se encontra também em Curitiba e apresenta as mesmas restrições de convívio com familiares que o CENSE Joana Richa. Ainda, em casos de necessidade de atendimento psiquiátrico, as adolescentes são encaminhadas ao CAPS - Centros de Atenção Psicossocial (OAB, 2016, p.164).

Na semiliberdade masculina de Curitiba, por sua vez, os adolescentes portadores de transtornos são assistidos pelo Hospital das Clínicas, onde são atendidos como se adultos fossem após os 14 anos de idade. Ademais, notou-se dificuldade de aceitação pelos educadores da necessidade de avaliações psicológicas, bem como dificuldade no acesso de medicamentos (OAB, 2016, p.173-174).

Pelo acima exposto, percebe-se o desrespeito ao princípio do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) de fortalecimento dos vínculos com a família e a sociedade (BRASIL, 2012), que inclusive pode-se traduzir no direito da personalidade de convivência familiar (art. 227, *caput*, CF/88). Além disso, resta óbvia a falta de atenção integral ao direito da personalidade da saúde do interno, com o fornecimento de cuidados especiais, disposto também no SINASE (BRASIL, 2012) e na Constituição (BRASIL, 1988).

Ainda, constata-se no sistema socioeducativo a existência de violências físicas, sexuais, verbais, da parte dos demais internos ou dos próprios funcionários para com deficientes intelectuais (SANTANA, 2013, p.9-10). Esses eventos acabam por dificultar o alcance da autonomia devido ao trauma e afrontam aos direitos da personalidade da inviolabilidade física, psíquica e moral - arts. 17, 18, 18-A, 18-B e 70-A, Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) - e o direito à dignidade sexual - art. 217-A do Código Penal (BRASIL, 1940). Como se não bastasse, o contato nessas instituições

com adolescentes inseridos na prática de atos infracionais violentos sujeita a pessoa com deficiência à comportamentos negativos, que acabam por dificultar sua reintegração social e familiar (SANTANA, 2013, p.9-10).

Portanto, conclui-se que o Sistema Socioeducativo, principalmente no que tange às medidas restritivas de liberdade, não se encontra apto a receber e manter jovens que tenham a saúde mental fragilizada, já que se revela um massivo desrespeito aos seus direitos da personalidade (DÓRIA, 2011. p. 159). Se não bastasse se encontrarem em situação de peculiar desenvolvimento, onde a privação de liberdade por si só pode se fazer extremamente prejudicial, sua situação é agravada pela presença de doenças ou deficiências que demandam tratamento integral (BRASIL, 2012, p.27). Nesse contexto, se faz necessária a reintegração familiar e comunitária (BRASIL, 2001), tantas vezes não assegurados pelas instituições socioeducativas. A tese da dupla inimputabilidade foi tecida buscando essa reintegração e a garantia dos direitos da personalidade. Por esse motivo, passa-se a sua análise.

3. A Dupla Inimputabilidade como tentativa garantir os direitos da personalidade dos adolescentes com transtorno mental

Conforme analisado no item anterior, apesar das diversas garantias legislativas, o sistema socioeducativo não respeita os direitos da personalidade da saúde, da convivência familiar e da integridade física e psíquica do adolescente com transtorno mental. Além disso, os jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação possuem o sofrimento psíquico aumentado. Isto ocorre devido à privação de liberdade, à redução do apoio da família e da sociedade, ao medo do desconhecido, da violência, do novo ambiente e do futuro, às incertezas e à culpa pelo ato infracional cometido (PARANÁ, 2015, p.29).

Além do mais, o Estado brasileiro, por vezes, age de forma violenta com o menor de idade que se encontre em situação infracional, afastando-lhes garantias fundamentais, asseguradas até mesmo aos adultos, como o princípio da legalidade (RODRIGUES, 2017, p.188-189). Nesse sentido, o judiciário vem aplicando reiteradamente medidas socioeducativas àqueles que cometeram o ato infracional

quando não possuíam capacidade de entendimento e de autodeterminação (DÓRIA, 2011, p.82).

Cumpramos ressaltar que inúmeras condições mentais, das quais o adolescente não tem culpa, podem dar causa ao cometimento de ato infracional. Como exemplo, a pessoa com deficiência intelectual, a qual apresenta déficits em funções intelectuais e em funções adaptativas. Estas últimas resultam em uma falha na obtenção normal de independência pessoal e responsabilidade social, limitando o funcionamento em uma ou mais atividades diárias quando ausente de apoio contínuo (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. 2014, p.75). No geral, o indivíduo pode apresentar falhas no juízo social, no controle de seus comportamentos, emoções e relacionamentos. Ademais, pela limitação no ato de se comunicar (um dos déficits em funções adaptativas), existe a probabilidade da ocorrência de comportamentos disruptivos ou agressivos. Bem como, por sua ingenuidade, são facilmente manipulados por terceiros, o que, segundo o próprio DSM-V, pode encaminhar à falsas confissões e envolvimento criminal não intencional (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. 2014, p.79).

Outro exemplo nesse sentido, dessa vez na seara das doenças mentais, é o da esquizofrenia. Apesar de a maioria das pessoas portadoras dessa doença não serem agressivas, a violência e a hostilidade podem sim estar associadas à esse transtorno. Isso pode ocorrer principalmente quando o indivíduo for do sexo masculino, jovem, com história anterior de violência, abuso de substâncias, sem acesso ao tratamento e com a presença da impulsividade (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. 2014, p.142). O mesmo pode acontecer em um episódio de delírio. Estes são crenças fixas, podendo ser de temas diversos, das quais não se modificam quando colocadas em par com evidências conflitantes. O delírio mais comum é o persecutório, no qual se crê que será prejudicado de alguma forma por outro indivíduo, organização ou grupo. Nestes, o indivíduo acometido pelo transtorno pode agir agressivamente contra o outro, no qual crê ser seu inimigo impulsividade (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. 2014, p.128).

Quando situações assim ocorrem na seara penal adulta, verificada a existência de inimputabilidade proveniente do art. 26, *caput*, do Código Penal (BRASIL, 1940), o juiz pode decidir pela absolvição imprópria. Nesta, o sujeito será condicionado à medida de segurança, na qual poderá ser submetido a tratamento hospitalar de internação ou

ambulatorial, conforme previsão do art. 386, parágrafo único, III, do Código de Processo Penal (BRASIL, 1941). Além disso, também o art. 97, *caput*, do Código Penal prevê a aplicação de medida de segurança aos casos de transtorno mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado. Segundo este dispositivo, a medida de segurança, *a priori*, deve ser cumprida mediante internação psiquiátrica e apenas nos casos de crime punível com detenção, a medida poderia ser realizada através do tratamento ambulatorial (BRASIL, 1940).

Segundo o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), o adolescente em conflito com a lei não poder receber tratamento mais gravoso que o dispensado à um adulto em mesma situação (art. 35, inciso I) (BRASIL, 2012). Por esse motivo, o Defensor Público, Subdirigente do Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente (Nudeca) em Porto Alegre, Gabriel Seifriz, inovou o enfrentamento do problema com a alegação do que foi nominado como “dupla inimputabilidade”. O fato se deu no caso de um adolescente portador de esquizofrenia, condenado em primeira instância ao cumprimento de medida socioeducativa de internação pela morte de sua avó. Apresentada a apelação contendo a tese e, conseqüentemente, o requerimento de substituição da medida socioeducativa por medida protetiva, cumulada com tratamento ambulatorial, obteve-se seu reconhecimento pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (PASTOTINI, 2015).

A dupla inimputabilidade consiste em afirmar que, não apenas a imputabilidade inerente à idade cronológica, referente à idade inferior a 18 anos, mas o adolescente também faz jus à inimputabilidade por ausência de higidez mental (art. 26, CP) (BRASIL, 1940). Sua importância é tamanha que foi aprovada em deliberação entre demais Defensores Públicos, no dia 08 de julho de 2015. Nesta, emitiu-se súmula recomendando a alegação da tese, bem como que, aplicada medida protetiva, deve o Defensor zelar para que seja observada a Lei 10.216/2001 (BRASIL, 2001), a qual dispõe acerca da proteção e direitos dos portadores de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial de saúde mental (DEFENSORIA PÚBLICA, 2015, p.3).

No trâmite processual penal do adulto, para que haja a comprovação da incapacidade de compreensão da ilicitude do fato ou de autodeterminação do agente, é necessária a realização do exame pericial. Este é previsto no art. 149, *caput*, do CPP (BRASIL, 1941), e por meio dele, instaura-se o incidente de insanidade mental. Por sua

vez, quanto aos adolescentes em conflito com a lei, a recomendação da tese se faz no sentido de que se realize pedido de perícia médica. Esta pode se dar a qualquer tempo precedido da sentença, preferencialmente após a apresentação do adolescente ou em defesa prévia (DEFENSORIA PÚBLICA, 2015, p.3).

No caso da aplicação de medidas protetivas, em substituição das medidas de segurança aplicadas aos adultos inimputáveis, relata a citada súmula da Defensoria Pública que esta deve ser realizada com o devido respeito ao contraditório e acompanhamento da execução pelo Defensor (DEFENSORIA PÚBLICA, 2015, p.3). Por medidas protetivas entende-se serem aquelas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), aplicáveis às crianças e adolescentes que tenham seus direitos violados ou ameaçados pelo Estado, pelos pais ou responsáveis ou ainda, pela própria conduta da criança e do adolescente (art. 98, ECA).

As medidas de proteção que mais seriam efetivas nos casos da dupla inimputabilidade seriam as previstas no art. 101, V e VI do ECA (BRASIL, 1990), quais sejam: a de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, ambulatorial ou hospitalar, e a participação de tratamento destinado à toxicômanos. Não obstante, existe a possibilidade de serem aplicadas cumulativamente ou substituídas a qualquer tempo, por qualquer outra das demais presentes no art. 101 da Lei 8.069/1990 (BRASIL, 1990) (ou outra não prevista neste), sendo elas:

Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:
I-encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
II-orientação, apoio e acompanhamento temporários;
III-matricula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; IV-inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente;
V-requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
VI-inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
VI-acolhimento institucional;
VIII-inclusão em programa de acolhimento familiar;
IX-colocação em família substituta.(...) (BRASIL, 1990)

Além disso, a substituição da medida socioeducativa por alguma medida de proteção tem amparo legal. Dispõe o rol do art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), em seu inciso VII que, verificada a prática de ato

infracional, poderá ser aplicado ao adolescente qualquer uma das medidas de proteção previstas no art. 101, I a VI do mesmo Estatuto. Ainda, prevê que os adolescentes acometidos por transtornos ou deficiências mentais têm direito a tratamento individual e especializado, em lugar que possa atender suas necessidades e peculiaridades (art. 112, § 3º do ECA) (BRASIL, 1990).

De acordo com João Batista Costa Saraiva (2016, p.109), o menor de 18 anos que padeça de sofrimento psíquico incapacitante resta impossibilitado de responder por seus atos, devido a incapacidade de cumprir medida socioeducativa, nos termos do próprio art. 112, §1º, primeira parte, da Lei 8.069/1990 (BRASIL, 1990a). Saraiva (2010, p.198-199) ainda ressalta a grande controvérsia ao redor do tema, devido em grande parte ao silêncio da legislação infanto-juvenil, que somente trata superficialmente o assunto, no já citado art. 112, § 3º do ECA. Se preocupa também quanto a ausência de disposição acerca de qual o local adequado para estes adolescentes e a quem caberia esta responsabilidade. Para ele, segundo a própria sistemática do Estatuto, o qual prevê o atendimento em rede, os setores da saúde é que seriam os responsáveis (SARAIVA, 2010, p.198-199).

Por sua vez, Olympio de Sá Sotto Maior Neto constitui seu pensamento na mesma senda, de acordo com o conceito analítico de crime. Dessa forma, justifica a questão com o princípio da culpabilidade, do qual adentra no âmbito juvenil por meio do art. 40, 2, b, I, da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (BRASIL, 1990b). Assim, explica que, sendo o ato infracional aquela conduta descrita como crime ou contravenção, não deve existir pretensão socioeducativa se ausente na conduta a culpabilidade. Ou seja, o acometido por qualquer alteração mórbida da saúde mental ou possuidor de anomalias do desenvolvimento mental, não deve receber qualquer medida socioeducativa, por mais branda que seja (NETO, p.138-139). Nesse sentido, Bianca Ferreira Rocha (2017, p.56-57) ressalta que a medida socioeducativa busca a responsabilização do adolescente e que “a responsabilização está localizada desse modo no entendimento do ato, na capacidade de localizar as questões que essa atuação suscita e conseqüentemente nas possibilidades de trabalho com o adolescente” (ROCHA, 2017, p.56-57). Assim, seguindo esse entendimento, não há como demandar o cumprimento de medida socioeducativa de adolescente que nem sequer tinha consciência da ilicitude de seus atos.

Por fim, cumpre ressaltar que existe uma tentativa pelo Sinase no sentido de dar maior atenção ao adolescente em conflito com a lei com a higidez mental afetada e suprir as faltas do Estatuto da Criança e do Adolescente. Aquele, em seus artigos 64 e 65, dispõe acerca da devida execução de medida socioeducativa a aquele que apresente sinais de transtornos e deficiências no decorrer do cumprimento. Prevê a legislação até mesmo a suspensão da medida (§ 4º), mas sendo esta em caráter excepcional (BRASIL, 2012).

De forma semelhante, prevê o art. 46, IV do referido diploma (BRASIL, 2012) que, havendo doença grave que torne o adolescente incapaz de ser submetido ao cumprimento de medida socioeducativa, deve esta ser declarada extinta. Não obstante, tanto esta previsão, quanto as dos artigos 64 e 65, dizem respeito às situações em que adolescente já se encontra em execução de medida, nada constando quanto à absolvição imprópria daquele que já se apresentava duplamente inimputável no cometimento do ato infracional (BRASIL, 2012).

Dessa forma, tem-se que a tese da dupla inimputabilidade ainda é muito pouco pesquisada e aplicada. Nesse sentido, a presente pesquisa não pretende esgotar o tema, que se mostra extremamente complexo e sensível. A função deste estudo é apenas o de trazer a tese à ciência de demais pesquisadores, como forma de incentivar mais pesquisas sobre o tema. Ressalta-se ainda, que a tese não busca fomentar a internação desses adolescentes em manicômios judiciais. Pelo contrário, ela se origina como uma tentativa de garantia dos direitos da personalidade, da saúde, da liberdade e da dignidade desses jovens. Esclarecido esses pontos, é possível concluir que, apesar da legislação infanto-juvenil não prever a dupla inimputabilidade expressamente, através dos princípios e das garantias existentes a tese encontra embasamento o suficiente para ser aplicada. Além disso, aparenta ser a melhor alternativa atual para assegurar os direitos da personalidade do adolescente acometido por doença mental.

4. Considerações Finais

Conforme analisado na presente pesquisa, contabiliza-se que, dentre os adolescentes em conflito com a lei, grande parcela é acometida por transtornos ou deficiências mentais, até mesmo em comorbidades. Muitos destes adolescentes

encontram-se em cumprimento de medidas socioeducativas restritivas de liberdade. Tal fato é preocupante já que a maioria dos Centros Socioeducativos e das Unidades de Semiliberdade não possuem estrutura para atender as necessidades destes jovens. Seja pela ausência de médico psiquiatra, distância da Unidade com relação a moradia da família ou até mesmo pelo próprio caráter aflitivo da medida, os direitos da personalidade desses adolescente é diretamente afrontado durante o período de internação. Inclusive, devido ao alto grau de sofrimento, muitos deles acabam atentando contra a própria vida.

Assim sendo, não há como admitir que esses jovens continuem sendo internados nesses estabelecimentos, quando nem ao menos tinham a possibilidade de entender o caráter ilícito do ato infracional cometido ou de autodeterminar-se. A medida socioeducativa é utilizada como forma de responsabilização do autor de ato infracional. Mas para que essa responsabilização ocorra é imprescindível que o adolescente tenha a capacidade de entendimento necessária para isso. Por esse motivo, a tese de defesa da dupla inimputabilidade, recomendada pela Defensoria Pública, pode ser uma opção viável para a solução do problema. Esta consiste em afirmar que, não apenas a inimputabilidade inerente à idade cronológica, referente à idade inferior a 18 anos, mas o adolescente também faz jus à inimputabilidade por ausência de higidez mental (art. 26, CP) (BRASIL, 1940). Prezando pela substituição da medida socioeducativa, pelas medidas de proteção, prevista pelo próprio ECA (art. 101, I a VI), a tese tenta assegurar a efetividade dos direitos da personalidade, principalmente no que tange à saúde e a convivência familiar desses jovens.

Apesar de não possuir previsão expressa no ordenamento jurídico, a tese possui fundamento nos princípios e garantias de diversas legislações brasileiras. No entanto, a pesquisa acerca do assunto ainda é muito rasa. Mesmo sete anos após a criação da tese, pouquíssimos estudos buscaram aprofundá-la. Portanto, o presente artigo não possui a pretensão de esgotar o assunto, apenas de fomentar o debate e incentivar demais pesquisadores a pesquisá-lo.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V)**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 15 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Rio de Janeiro, 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm. Acesso em: 14 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990**. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. 1990b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm. Acesso em: 15 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990 a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 14 abr. 2022.

BRASIL. **Lei 10.216, de 06 de abril de 2001**. Brasília: Senado, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 15 abr. 2022.

BRASIL. **Leiº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Brasília: Senado, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm. Acesso em: 14 abr. 2022.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. **Cartilha de Direito à Saúde Mental**. Disponível em: http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/saude-mental/direito_saude_mental_2012/. Acesso em: 15 abr. 2022.

DEFENSORIA PÚBLICA. **Comissão Organizadora do V Congresso Nacional de Defensores Públicos da Infância e Juventude**. Comunicado de aprovação de Teses e Práticas Exitosas, 2015. Disponível em: <http://www.portaldpge.rj.gov.br/Portal/sarova/imagem-dpge/public/arquivos/teses-e-praticas-aprovadas.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Interministerial nº 1426, de 14 de julho de 2004**. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2004/pri1426_14_07_2004_rep.html. Acesso em: 15 abr. 2022.

DÓRIA, Gustavo Manoel Schier. **Avaliação dos Transtornos Psiquiátricos em Adolescentes em Conflito com a Lei**. 2011. 266 f. Tese (Doutorado em Saúde da Criança e do Adolescente, com área de concentração em Neuropediatria) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

NETO, Olympio de Sá Sotto Maior. **Garantias penais do adolescente autor de ato infracional**. Observatório de Segurança. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/ilanud/book_just_adol_ato_infrac.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Seção do Paraná. **Relatório de visitas a centros de socioeducação e a unidades de semiliberdade no estado do Paraná: adolescentes em privação e restrição de liberdade**. Curitiba: OABPR, 2016. p. 23. Disponível em: <<http://admin.oabpr.org.br/imagens/downloads/658.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. Departamento de Atendimento Socioeducativo. **Prevenção ao Suicídio: Cadernos de Socioeducação**. 2. ed. Curitiba, 2015. Disponível em: https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/cadernoprevencaosuicidioweb2019.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.

PASTOTINI, *Cristiane*. **Tese inovadora de Defensor Público aborda dupla inimputabilidade em caso de adolescente com esquizofrenia**. Rio Grande do Sul: Defensoria Pública, 2015. Disponível em: <http://www.defensoria.rs.def.br/conteudo/23041>. Acesso em: 14 abr. 2022.

ROCHA, Bianca Ferreira. **Saúde mental e sistema socioeducativo: um trabalho tecido por muitos**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Programa de Pós-Graduação em Saúde do Adolescente) - Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-AYUG6A/1/sa_de_mental_e_sistema_socioeducativo.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.

RODRIGUES, Ellen. **A Justiça Juvenil no Brasil e a responsabilidade penal do adolescente: rupturas, permanências e possibilidades**. 1.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2017.

SANTANA, Eder da Silva. **Reflexões sobre o recolhimento de adolescentes com deficiência intelectual em instituições totais**. Revista Eletrônica de Educação, São Carlos, vol. 7, n. 3, 2013, p. 9-10. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/539/302>. Acesso em: 15 abr. 2022.

SARAIVA, João Batista Costa. **Adolescente e responsabilidade penal: da indiferença à proteção integral**. 5. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.

SARAIVA, João Batista Costa. **Compêndio de direito penal juvenil**: adolescente e ato infracional. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.